

TRANSAMÉRICA:

VIAJANDO ATRAVÉS DA “VERDADE” DE UM CORPO

André Lucas Guerreiro Oliveira⁶

RESUMO

Este artigo intenciona produzir uma análise sociológica de determinadas cenas do filme “Transamérica”. Para tal, utilizamos o pensamento de filósofos/as como Michel Foucault e Beatriz Preciado e cientistas sociais como Berenice Bento, David Le Breton e Zigmunt Bauman. O filme se mostra um importante aporte para refletirmos a transexualidade, uma realidade social contemporânea, uma vez que é possível a partir dessa obra de ficção examinar mais detidamente alguns aspectos da vida de uma pessoa transexual, cuja busca pela sua verdade a todo o momento é colocada em xeque.

Palavras-chave: Transexualidade. Verdade. Corpo.

ABSTRACT

This paper intends to produce a sociological analysis of certain scenes from the film "Transamerica." To this end, we use the thought of philosophers as Michel Foucault and Beatriz Preciado and social scientists as Berenice Bento, David Le Breton and Zigmunt Bauman. The movie shows itself an important contribution to reflect transsexuality, a contemporary social reality, since it is possible from this fiction to examine more closely some aspects of a transgender person's life, whose search for her truth every moment is put in check.

Keywords: Transsexuality. Truth. Body.

INTRODUÇÃO⁷

Aludindo ao título do clipe da cantora Dolly Parton “*Travelin Thru*”, o qual faz parte da trilha sonora do longa-metragem Transamérica (2005), escrito e dirigido por Duncan Tucker, pretendemos analisar algumas cenas do referido filme. Nele assistimos a uma história sobre um corpo dissonante com as expectativas sociais imputadas a ele. Muito embora seja uma obra de ficção, poderia muito bem ser

6 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná e graduado em Fisioterapia pela Universidade Tuiuti do Paraná.

7 A temática deste texto foi abordada na disciplina Teorias Sociais Contemporâneas do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, no segundo semestre de 2013, ministrada pelos professores Norma Takeuti e José A. Spinelli, sendo este artigo inicialmente produzido como trabalho final da referida disciplina.

inspirado em histórias de vidas de pessoas *trans*⁸, tal é a proximidade com eventos cotidianos vividos por tais indivíduos. A personagem principal é Bree, uma mulher transexual prestes a realizar sua cirurgia de alteração sexual, ou como Bento (2008) refere “cirurgia de transgenitalização”. Bree é uma mulher adulta estadunidense, trabalha em estabelecimentos comerciais para garantir seu sustento - e salvo sua singularidade - seria apenas mais uma mulher como tantas outras, no entanto, a sutileza dessa história está no fato de que Bree guarda secretamente a condição de mulher *trans*, ou para uma nomenclatura mais tradicional, uma mulher transexual, ou seja, trata-se de uma pessoa à qual foi designada a condição de homem no momento de seu nascimento por possuir a genitália marcada como masculina (pênis) e que por qualquer motivo, em algum momento de sua vida, passa a se reconhecer como pertencente ao gênero feminino, logo, mulher. Preferimos utilizar aqui a nomenclatura mais empregada nas discussões contemporâneas no campo das Ciências Sociais, em detrimento à terminologia convencional das Ciências Médicas que elenca tais pessoas como “transexuais masculinos”, pois, desse modo se vincula o indivíduo ao gênero o qual não se identifica, mesmo com pessoas que já concluíram todas as exigências de transformação corporal para não serem mais caracterizadas como “masculinos”. Para além de concordar com as Ciências Sociais, preferimos utilizar esta denominação por refutar a classificação médica (e patologizante) das experiências das pessoas transexuais.

Neste sentido, antes de adentrar as questões mais exclusivas do artigo proposto se faz necessária uma breve apresentação das discussões sobre a transexualidade, e para isso, utilizamos o debate teórico proposto pela socióloga Berenice Bento, a qual descreve a transexualidade não como uma patologia, mas como uma experiência que dá sentido às vivências das pessoas que alteram ou desejam alterar seus corpos (por meio das mais diversas possibilidades como o uso de hormônios, utilização de próteses e cirurgias para adequar seus corpos ao gênero com que se identificam) e que vivem suas vidas no gênero que almejam identificação (2006). Contudo, o percurso teórico dessa autora traz mais problematizações, elencando a “hipótese de que a transexualidade é uma forma de atualizar, nas práticas de gênero, interpretações sobre o masculino e o feminino.”

8 O termo *trans* engloba pessoas transexuais, travestis ou transgêneros. É uma nomenclatura advinda da própria população e tem sido bastante utilizada na academia, visto que tais rótulos nem sempre dão conta de todas as múltiplas vivências dessas pessoas.

(BENTO, 2006, p. 22), ou seja, para essa autora, a experiência transexual pode instigar análises sobre o que se compreende como masculino e feminino, sobre a existência do genuinamente, ou melhor, naturalmente masculino ou feminino. A transexualidade pode assim nos ajudar a pensar os limites da noção de que algo possa ser naturalmente masculino ou feminino, que algo possa ser masculino ou feminino inato. Tanto é assim, que se existisse algo que poderia determinar definitivamente um corpo como masculino ou feminino, algo que definisse um indivíduo como homem ou mulher apenas pela constituição biológica de seu corpo, estaríamos diante do impedimento - como desejam os saberes (e poderes) mais ortodoxos médicos - da existência dos corpos transexuais como corpos de homens e mulheres plenas. Como pensa Bento:

Corpos inconclusos, desfeitos e refeitos, arquivos vivos de histórias de exclusão. Corpos que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social. [...] Existem homens e mulheres de verdade? O corpo é o delimitador das fronteiras de gênero? O natural é o real? Existe um ponto de fixação e delimitação entre o real e o fictício? Se a verdade está no corpo, os sujeitos que não se reconhecem em seus corpos generificados vivem uma mentira, estão fora da realidade? (BENTO, 2006, p. 20)

VIAJANDO ATRAVÉS DA “VERDADE” DE UM CORPO

Dando continuidade a esta linha de raciocínio e adentrando na temática do filme, podemos refletir a sinopse do filme (encontrada no encarte da capa do filme), cujo texto suscita problematizações, portanto preferimos transcrevê-la por completo:

Bree é uma transexual que sonha em se tornar mulher de verdade. A um passo da operação que realizaria este sonho, ela descobre ser pai de um garoto de 17 anos. Por ordem de sua terapeuta, Bree vai ao encontro do seu filho, um jovem envolvido com drogas e prostituição e com um passado tão complicado quanto o dela. Com medo de lhe contar a verdade e sem ter como ignorá-lo, eles embarcam numa viagem que pode mudar suas vidas e revelar a eles mesmos quem realmente são. [grifos nossos]

Podemos perceber que logo na primeira frase da sinopse surge o termo “mulher de verdade”, que no caso seria o desejo de Bree (ou o seu sonho como está descrito). As palavras parecem ter sido escolhidas nada aleatoriamente. Segundo Le Breton, o corpo transexual é “um artefato tecnológico, uma construção cirúrgica e hormonal, uma produção plástica sustentada por uma vontade firme.” (LE BRETON, 2003, p. 32). Tal autor pondera ser este corpo um artefato, visto que “é ele próprio

[o indivíduo transexual], e não um destino anatômico, quem decide seu sexo de eleição”, o indivíduo transexual “modela para si diariamente um corpo sempre inacabado, sempre a ser conquistado graças aos hormônios e aos cosméticos, graças às roupas e ao estilo da presença.” (ibid., p. 32). A transexualidade é para ele (que usa a terminologia transexualismo, designação mais comumente utilizada pelo saber/poder médico por entendimento desta condição como patológica) nada mais que um modo à disposição do indivíduo de moldar o corpo, este uma substância a ser modificada. No entanto, seria apenas nessa experiência, na transexualidade, que o corpo “é uma forma a ser transformada [?]”. (LE BRETON, 2003, p. 33).

Nessa simples referência à mulher “de verdade” questiona-se a “verdade” de seu corpo, ou de sua identidade feminina, de seu gênero. Então seria a cirurgia (apenas esta última, uma vez que ao longo do filme a personagem relata todas as outras modificações anteriormente realizadas) a qual poderia dar-lhe o atestado final comprobatório de sua feminilidade real, “de verdade”? Como Foucault (1979, p. 12 e 14) nos alerta “a verdade não existe fora do poder ou sem poder, [...] está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Logo, podemos refletir que essa mulher “de verdade” não existe fora de algum sistema de poder. Tentaremos investigar melhor que sistema é esse, e precipuamente quais os efeitos desse poder, para conclusão deste artigo, obviamente nos detendo a como tal tema é abordado no filme em questão.

Também na sinopse surge a informação de que Bree não pôde realizar sua cirurgia devido ao fato de ter descoberto um filho adolescente dias antes da referida intervenção, o qual desconhecia totalmente. Contudo, não se trata de uma decisão autônoma de Bree. A personagem é impedida de dar continuidade aos seus planos “por ordem de sua terapeuta”, como também é obrigada a encontrar com esse filho, sendo tal aproximação exigência imprescindível para que a terapeuta assine seu laudo. Aqui é preciso salientar que a transexualidade ainda é compreendida como uma doença (mental) pelos cânones da medicina e da psicologia, sendo enumerada tanto no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da APA - Associação de Psiquiatria Norte-Americana) quanto no CID (Código Internacional de Doenças, classificação da OMS - Organização Mundial da Saúde), órgãos internacionais responsáveis pela catalogação de patologias em humanos. Sendo assim, para que Bree possa realizar sua cirurgia tão desejada, não basta sua

decisão, como em qualquer outra cirurgia eletiva que qualquer indivíduo adulto pretenda realizar, é necessário que a personagem seja avaliada, questionada, colocada à prova, instigada a “provar” sua condição, a saber: de pessoa transexual. E com isso, no exato momento que comprova ser uma mulher transexual (de acordo com a percepção julgadora da terapeuta), recebe conjuntamente o título de doente. É apenas deste modo que receberá o laudo atestando ser uma “transexual de verdade”. Do contrário, não pode realizar a cirurgia. Temos claro que esse poder, ou melhor, essa verdade extraída de um sistema de poder, não é tomada à força, não surge apenas por coação. Novamente mobilizando Foucault é necessário recordar que o poder não se trata de algo apenas negativo, ligado à interdição e a violência; os mecanismos acionados para produzir, neste caso, a verdade da transexualidade, são engendrados de um saber, cujos efeitos demonstram um poder positivo, produtor de enunciados. Como ele nos esclarece tão competentemente:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 8)

Esses saberes (da medicina e da psicologia, os quais certificam quem é ou não transexual) estão vinculados a um poder, sendo que nesta dada equação, também como pensa o filósofo é necessário maior eficácia e menos custos dispensados (ibid., p. 8). Tanto é assim que, no decorrer do filme, a personagem não titubeia e sem receios recorre ao discurso da doença para dar conta de sua experiência, bem como para evitar dissabores e rejeições decorrentes de sua condição estigmatizada. A “verdade” da transexualidade fora produzida, tanto pela aceitação da personagem quanto pela constituição de um saber, o qual se outorga o conhecimento pleno desta categoria, e com isso tem-se uma relação de verdade/saber/poder altamente eficaz para os fins que se propõe. Não podemos perder de vista que:

essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Todavia, gostaríamos de enfatizar que em vários países tem havido uma reação contrária a essa patologização por parte de pessoas *trans* ativistas, pesquisadores/as acadêmicos/as favoráveis a outra compreensão da transexualidade e ativistas pelos direitos humanos das pessoas *trans*, evidenciado pela emergência da campanha “Stop Trans Pathologization” em 2007, iniciando suas atividades em países europeus e atualmente com abrangência em diversas outras partes do mundo, alcançando também o Brasil.

QUESTIONANDO O SABER/PODER DA EXPLICAÇÃO BIO-PSICO-MÉDICA

Cena de Bree no consultório psiquiátrico:

Psiquiatra: - Alguma tendência suicida?

Bree: Não.

Psiquiatra: - Sente que está sendo seguida?

Bree: Não.

Psiquiatra: - Doença mental na família?

Bree: Não.

Psiquiatra: - Procedimentos médicos?

Bree: Eletrólise, três anos de tratamento hormonal, cirurgia facial, lift de sobrancelha, redução de testa, remodelagem da mandíbula e raspagem da traquéia.

Psiquiatra: Sua aparência é bem autêntica.

Bree: - Tento me socializar, ser discreta.

Psiquiatra: - Considera-se uma pessoa feliz?

Bree: - Sim. Não. Quer dizer, eu vou ser.

Psiquiatra: - Não existe resposta certa aqui. Como poderei ajudar se não for sincera comigo?

Bree: Assinando a autorização, por favor.

Psiquiatra: - A APA considera a disforia sexual uma doença mental grave.

Bree: - Após a cirurgia nenhum ginecologista conseguirá detectar algo incomum em mim. Vou ser uma mulher. Não é estranho que uma cirurgia plástica cure uma doença mental? [grifos nossos]

Nessa cena a experiência identitária de Bree é demarcada pelos rótulos do saber médico. Bree é questionada pelo psiquiatra responsável por fornecer o laudo que atestaria sua doença (a transexualidade). A cena evidencia o que Foucault relaciona como uma microluta (2006), uma vez que a personagem trava um embate com o psiquiatra, indagando-o a respeito de seus conhecimentos sobre a transexualidade, tentando provocar a partir de suas interrogações alguma desestabilização nesse profissional, o qual sequer dá importância, decorrente da certeza de seu poder no momento da consulta. Ainda que não seja possível inverter totalmente esta relação, a dúvida que Bree levanta é absolutamente contundente, e se o psiquiatra não é levado a questionar sua prática profissional, nós somos

enquanto espectadores conduzidos a rever a “verdade” incontestável do saber psiquiátrico. Sua arma é um humor inquietante, cuja força procura desmontar este saber/poder nada desvinculado das pressuposições de um profissional inserido em uma cultura que normatiza corpos e vidas.

É possível concordar com Foucault (2006, p. 232) que as relações de poder são sempre relações de força, portanto reversíveis, na medida em que assistimos as tentativas de Bree em problematizar, jogando com o saber psiquiátrico, muito embora a palavra final seja do médico, obrigando-o a aumentar seu controle e suas exigências em relação à Bree, o que evidencia que:

as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. (FOUCAULT, 2006, p. 232).

Bauman (2011) de forma um pouco diferente analisa ao tratar do papel que a biologia e a medicina – “o lado prático, aplicado, da biologia, a estratégia e a tecnologia da mudança [...]” (p. 224) - desempenharam na organização da civilização moderna, duas estratégias complementares foram gestadas pelas ciências biológicas e pelo que denomina suas tecnociências (medicina e psiquiatria): a melhoria da saúde e a eliminação da doença (ps. 228 e 229). Afirma que:

A liberdade de controlar o próprio corpo e manipular suas ações chegou de mãos dadas com a crescente dependência das tecnologias e do que elas podiam oferecer. O poder individual estava ligado à submissão e à orientação especializada e à necessidade de consumir produtos tecnológicos. Cada vez mais o proprietário do corpo começou a pensar e viver como um capataz, nomeado por autoridades médicas para vigiar e supervisionar a peça da maquinaria delegada aos seus cuidados. [...] Por um curioso paradoxo, seres humanos que aceitaram e internalizaram essa visão de si próprios tomaram essa aceitação como o sinal de sua emancipação, como controladores ativos de seus próprios destinos. (BAUMAN, 2011, p. 229 e 230).

Portanto, não à toa Bree evoca mais a frente o discurso médico (cita ter disforia sexual) para legitimar sua identidade feminina, para dar inteligibilidade a sua existência num corpo ainda não tomado como feminino. Nesse sentido, pensar que “o corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que o encarna”; e mais, que “o corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural.” (LE BRETON, 2011, p. 26), conduz a implicação política que este autor nos provoca ao fomentar o

debate sobre a constituição deste objeto de estudo, também sociológico – a saber – o corpo na modernidade. Em suas palavras:

O cultural não é monopólio discutível dos Inuit ou dos Dogon, não é privilégio das tradições rurais de Bocage, mas está também no coração do pensamento médico e das práticas ou das instituições que por ele são geradas. A sociologia não deve se deixar intimidar pela medicina que pretende dizer a verdade sobre o corpo ou sobre a doença, ou diante da biologia frequentemente inclinada a encontrar na raiz genética a causa dos comportamentos do homem. (LE BRETON, 2011, p. 35).

Podemos trazer também a pertinente análise de Foucault de que “o corpo humano é [...] uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político.” (FOUCAULT, 2006, p. 258). Logo, embasando-nos nos autores citados, ainda podemos indagar o porquê ou o que, se deseja tanto determinar (n)a verdade do corpo de Bree? Seria só nesse corpo, ou nesses corpos (*trans*) que se deseja produzir uma verdade? Ao produzir estas verdades nesses corpos, todos os outros também não estão sendo (re) produzidos? O que confere autenticidade à aparência de Bree comentada pelo psiquiatra? Esta autenticidade está baseada em que critérios? Critérios objetivos ou subjetivos?

Qual é a necessidade mesma de perguntar a um corpo? Como podemos compreender o ato de querer fazer falar um corpo? A que ou a quem se pergunta enquanto se interroga um corpo? Nosso objetivo seria tentar demonstrar a artificialidade mesma da pergunta que tenta “tirar a verdade” de um corpo, sua configuração como ato de linguagem e, mais concretamente - como Michel Foucault tem levantado - seu pertencimento a um “regime de verificação” (FOUCAULT, 2008, p. 49). Isso supõe, ao lado da crítica à dominação dos sujeitos através do controle da sua sexualidade, propor outra crítica que mostraria a construção desse controle, a sua história, a história das práticas associadas a ele, das perguntas e os modos de resposta configurados em diversas instituições, dos saberes construídos a partir dessas práticas e por meio desses modos diferenciados da pergunta e resposta. Nas palavras de Foucault:

Por exemplo, quando digo que a crítica consistiria em determinar em que condições e com quais efeitos se exerce uma verdade [...] Consistiria em dizer que o problema está em trazer à luz as condições que tiveram de ser preenchidas para que se pudessem emitir sobre a loucura - mas a mesma coisa valeria para a delinquência, a mesma coisa valeria para o sexo - os discursos que podem ser verdadeiros ou falsos de acordo com as regras

que são as da medicina ou as da confissão ou as da psicologia, pouco importa, ou as da psicanálise. (FOUCAULT, 2008, p. 50).

Noutra cena Bree conta a sua psicóloga que recebeu um telefonema de uma instituição para menores, com a informação de que um adolescente de 17 anos é seu filho, ou filho de Stanley (seu nome civil, o qual ela prefere não utilizar, pois não o reconhece como seu, visto que é um nome masculino e desta forma, em verdade é um nome que a desconstrói como mulher). Nesse momento a psicóloga, que estava prestes a assinar o laudo permitindo sua cirurgia (para atestar a “patologia” do transexualismo são necessários dois laudos, o psiquiátrico e o psicológico, como uma série de outras exigências) decide além de não o assinar, impor condições para essa assinatura. A condição era que Bree fosse ao encontro deste jovem, afirmando que *“esta é uma parte do seu corpo que não pode ser descartada. Não quero que seja operada e continue se sentindo incompleta”*, o que por si só já nos faz questionar que parte era essa do corpo de Bree, a qual não poderia ser descartada? Se Bree tinha um filho, porque esse outro indivíduo é tido como uma parte sua, uma parte de seu corpo? E mais, porque uma cirurgia no corpo de Bree, ou melhor, em uma parte do corpo de Bree (na genitália) não poderia ser realizada enquanto a mesma não encontrasse com seu filho? Qual relação secreta sua genitália guardaria com seu filho? Não estamos questionando o real direito do filho de Bree ter reconhecido sua filiação, mas a relação dúbia proposta pela terapeuta ao obrigar Bree a retardar seus planos, os quais alterariam consideravelmente seu futuro, para rever um acontecimento de seu passado. Por que Bree não poderia se operar e após sua recuperação entrar em contato com seu filho (proposta feita pela personagem)? A pergunta melhor seria então: por que um fato de um passado desconhecido precisa ser arbitrariamente impedimento para um acontecimento do presente, que apenas trará consequências para o futuro de Bree?

A postura da terapeuta pode nos trazer algumas respostas possíveis. Ao relatar a nova informação (de um filho que desconhecia) Bree refere-se a um filho de Stanley, sendo reprimida pela psicóloga, que decreta: *“sem terceira pessoa”*. Muito a contragosto, Bree recompõe a resposta: *“Meu filho”*. A psicóloga continua com a inquisição: *“Você me disse que era virgem!”*. Aqui podemos nos questionar por que para o saber médico e psicológico a virgindade é um dado relevante para a autorização da cirurgia? Em que sentido a não virgindade poderia ser prejudicial à

certificação da transexualidade como patologia? Acaso seria inquestionável à transexualidade (ou às pessoas transexuais) a esterilidade?

Nesse diálogo podemos perceber outro tópico caro aos estudos de Foucault: a confissão. Ao refletir sobre o ato de confessar-se ser uma prática ligada à história do cristianismo, esse filósofo analisa que há uma mudança nesta ação a partir do século XIX, posto que a punição de um crime fosse dada a partir de sua confissão, e tal punição não se trataria mais de uma “réplica a um crime, mas uma operação transformadora do criminoso”, ou seja, “a transformação de sua alma implicava que esse homem [o criminoso] fosse reconhecido e se manifestasse.” (FOUCAULT, 2006, p. 239). A partir do pensamento desse autor, parece-nos muito evidente que a confissão de Bree ao relatar descobrir um filho, leva imediatamente a psicóloga a acionar o mecanismo de punição/transformação, contudo não exatamente a transformação que Bree desejava – sua cirurgia – porém, a mudança pela qual a terapeuta nutria expectativas: talvez este filho pudesse pôr fim ao desejo de Bree modificar seu corpo e sua alma pudesse ser resgatada, convertida... Não à toa tal psicóloga exige uma confissão em primeira pessoa: não aceita que Bree se refira ao filho recém-descoberto como filho de Stanley, embora esse filho tenha sido gerado quando Bree ainda não havia iniciado a transição para Bree, por conseguinte ainda se reconhecia (não estamos aqui desconsiderando ou desmerecendo os motivos que justificavam tal fato) e era reconhecida como Stanley; mais que isso, a psicóloga prescreve (ordenando com o dedo em riste): “*A vida dele é sua*”, retirando assim as poucas chances de barganha de Bree. Não obstante, Bree insiste afirmando que mandaria dinheiro para a assistente social, propondo outras possibilidades para o impasse, para enfim derrotada perguntar o que a psicóloga desejava que fizesse, sendo a resposta despótica e conclusiva: “*Só quero que esteja pronta!*”. Essa era uma relação de poder em que o saber da terapeuta ditava as regras, trata-se de um saber oriundo de uma “ciência-confissão” (FOUCAULT, 1999, p. 63). Concordando outra vez com esse pensador:

a confissão se abre, senão a outros domínios, pelo menos a novas maneiras de percorrer tais domínios. Não se trata somente de dizer o que foi feito – o ato sexual – e como; mas de reconstituir nele e a seu redor, os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém. (FOUCAULT, 1999, p. 63)

Quando decide então ir ao encontro de seu filho, Bree descobre um adolescente nada suscetível aos seus cuidados e com muitos problemas com os quais não pretendia ter que lidar naquele momento, talvez por não estar preparada para esta função. Resolve fazer contato com a terapeuta tentando mais uma vez pôr fim a essa embaraçosa situação para receber seu laudo, ao que a psicóloga adverte que “*está um pouco decepcionada porque [Bree] está mentindo para ela*”. A crença da psicóloga pela “verdade” pode ser analisada pelo que Foucault descreve como “medicalização dos efeitos da confissão”, em que “a verdade cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável.” (FOUCAULT, 1999, p. 66) Como Foucault percebeu, nessa cena também a hipótese repressiva da sexualidade é insuficiente, dado que importa mais “definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber. E no caso específico da sexualidade, constituir a ‘economia política’ de uma vontade de saber”. (ibid. p. 71). O filósofo percebe prontamente que “a sexualidade passa a ser algo a ser interpretado”, sendo que a terapeuta tem um papel fundamental a ser desempenhado nesta engrenagem de poder, torna-se “aquele que escuta [o qual] não será simplesmente o dono do perdão, o juiz que condena ou isenta: será o dono da verdade.” (ibid., p. 66), ou seja, quem escuta (no caso a psicóloga) é quem detém o poder de decifrar a verdade. Estamos aqui diante da última das quatro estratégias que iriam desenvolver dispositivos de saber e poder para gerir a política do sexo, quais sejam: “histerização do corpo da mulher, pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso”, cada uma destas estratégias tendo uma figura representante respectivamente: “a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso” (ibid., p. 99 e 100). Nesta passagem, Bree representa a última.

Noutra cena o filho de Bree grita com um comerciante que havia mandado que ele respeitasse sua mãe [supondo que Bree fosse sua mãe]: “*Ela não pode ser mãe de ninguém! Ela nem mulher de verdade é! Ela tem um pênis!*”. Novamente a “verdade” de sua identidade é alocada em uma parte de seu corpo. A família (pai, mãe e irmã) aparece ao final do filme, quando Bree os reencontra, estes demandam informações sobre seu “sexo”, sua mãe deseja comprovações, logo ao não ser prontamente respondida sua indagação quanto à realização da cirurgia de alteração da genitália, sem respeito algum à privacidade da filha, a mãe toca o corpo de Bree e aliviada afirma: “*Graças a deus, ele ainda é um homem!*”. Bree rejeita esta

sentença e num movimento faz com que sua mãe também toque seus seios, ocasião de decepção para esta. É a esse processo que terá que responder não a própria Bree, senão o seu corpo. Bree já falou, agora terá que falar seu corpo mudo. Falar pela genitália. Nesse ato de fazer falar um corpo, num sentido literal, nada fala. Os corpos não falam? Pelo menos, o corpo de Bree não consegue falar, ou melhor, garantir a “verdade” sobre si mesma.

Em outra conversa com a mãe, Bree alude a seu humor estar alterado devido à desregulação de seu “ciclo” hormonal causando espanto e escárnio na mãe. Entretanto, Bree prova mais uma vez sua resistência, ao passo que também evoca simultaneamente a estratégia da histerização da mulher ao afirmar categoricamente: “*Hormônios são hormônios. Os meus e os seus veem em comprimidos*”. Segundo Preciado (2008) a invenção dos hormônios sexuais, como a produção sintética dos mesmos, modificou irreversivelmente as formações identitárias. Para esta autora “assistimos a uma horizontalização das técnicas de produção do corpo que não estabelece diferenças de idade, de classe, raça ou sexualidade [...]” (PRECIADO, 2008, p. 98). O corpo na era farmacopornográfica (aludindo à atualidade em que a era do biopoder, proposta por Foucault, teria sido suplantada) deixa de ser uma matéria passiva para ser algo a ser produzido, um sistema vivo. Trata-se de uma nova corporalidade na era farmacopornográfica: a tecno-corporalidade, em que se torna possível a construção arquetônica do corpo, cujas moléculas se transformam em matérias-primas para a fabricação de uma nova aparência de natureza.

ENFIM A CHEGADA OU ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Ora, resta indagarmos por que então havia algum problema em Bree? Qual era o seu problema? Por que sua verdade – ser uma mulher – não é aceita, e pior, é rechaçada tão veementemente e tão interdita? Até onde um corpo (*trans*) pode ir? Se como diz Le Breton (2011, p. 24): “Ele [o corpo] nem sequer existe. Nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres. Não se vê corpos. Nessas condições o corpo corre o risco de nem mesmo ser um universal.”, porque o corpo de Bree é tomado como prova (incontestável) de sua mentira? O que autoriza tamanha imposição a uma pessoa que apenas desejava viver sua vida? Talvez as respostas possíveis sejam que o corpo de Bree – cuja transformação física para o

gênero feminino ainda não havia sido finalizada – não era reconhecido nem como um corpo feminino (uma vez que não houve tempo para sua transição plena), tampouco como masculino dado que seu ser apresentava-se por conta de seu comportamento e da vestimenta utilizada para compor a estética feminina como um indivíduo pertencente ao gênero feminino. Bree vivia sob a identidade feminina, comportava-se como a expectativa social a respeito do comportamento feminino, tinha interesse em homens (o que a colocava como pessoa heterossexual e lhe garantia ainda mais sua permanência no gênero feminino por conta da norma heterossexual), norma essa pensada por Judith Butler (2008), filósofa estadunidense e influente estudiosa da *teoria queer*, cuja compreensão da heteronormatividade diz respeito à habilidade que torna capaz a heterossexualidade tornar-se a regra social que regula e determina a possibilidade de vidas, as quais estejam rigorosamente circunscritas em seus limites, e a impossibilidade de vidas que estejam delimitadas para fora do que baliza, ou seja, é a norma que (re) produz corpos, gêneros e sexualidades, ou tidos como normais e humanos (indivíduos sem nenhuma discordância entre a sua genitália e seu gênero) e os outros corpos, lançados à margem da norma, os corpos abjetos.

Enfim, Bree era uma típica mulher contemporânea “normal”, entretanto seu corpo ao ser revelado mostra a complexidade de sua existência, ou seria a complexidade de toda a existência humana? Seu corpo é a prova de que o gênero (masculino ou feminino) não é realizado, atualizado e/ou composto somente por um dado qualquer biológico, como o DNA, os cromossomos ou a genitália. Seu corpo complexifica as verdades sobre os corpos dos ditos “normais”. Seu corpo complexifica a “verdade” dos corpos. Sua identidade abre frestas para desestabilizar as “verdades” dos corpos e gêneros. Seu corpo não permite as certezas consolidadas. E ao desestabilizar as verdades, sua sexualidade e seu corpo tornam-se alvos de relações de poder que visam avaliar, fazer funcionar, administrar, otimizar, enfim gerir sua vida. Seu corpo está viajando em busca da verdade de sua vida.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Vida em fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 2008.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Verdade e poder* (1977). In: Roberto Machado (org.), **Microfísica do poder**, pp. 1-14. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Poder e saber* (1977). In: **Ditos e Escritos. Vol. IV**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

_____. *Diálogo sobre o poder* (1978). In: **Ditos e Escritos. Vol. IV**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. **A sociologia do corpo**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRANSAMÉRICA. Direção: Duncan Tucker. Produção: Linda Moran, Rene Bastian e Sebastian Dungan. Produção executiva: Willian H. Macy. Roteiro: Duncan Tucker. EUA: Belladonna, 2005. 1 DVD (103 min).